

# Planalto deve enfraquecer Comunidade

Lula Marques/Folha Imagem

**VALDO CRUZ**

Diretor-executivo da Sucursal  
de Brasília

**FERNANDO RODRIGUES**  
da Sucursal de Brasília

O governo ainda não definiu o modelo da nova secretaria que comandará a sua política social, mas já decidiu: a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária vai ser esvaziada.

A decisão foi comunicada aos integrantes do conselho consultivo do Comunidade Solidária em reunião realizada segunda-feira.

Isso irritou a atual secretária-executiva Anna Maria Peliano. Em desabafo a amigos, ela chegou a dizer que deixará o governo se ficar subordinada à nova estrutura traçada para a área social.

A mudança foi transmitida por Vilmar Farias, assessor especial do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante o encontro, Farias disse que era uma "decisão operacional" do governo.

O assessor —que ontem viajou para férias na França— informou ainda que a ação da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária ficaria restrita aos programas que ele coordena atualmente.

Ao todo, são cinco programas: merenda escolar, mortalidade infantil, distribuição de cesta básica, investimentos em habitação e saneamento básico e programas na área do ensino fundamental.

Farias chegou a levantar a hipó-

tese de que algumas dessas ações podem ser retiradas do Comunidade Solidária. É praticamente certo que o programa perca o controle sobre os financiamentos em habitação e saneamento básico.

A nova estrutura da política social prevê a criação de uma secretaria executiva na Câmara de Políticas Sociais. O nome mais cotado para o novo posto é o do assessor Vilmar Farias.

A secretaria teria como função principal estabelecer metas e cobrar a execução dos programas sociais do governo espalhados pelos ministérios.

Os ministros Adib Jatene (Saúde) e Paulo Renato Souza (Educação) confirmaram ontem a criação do cargo de secretário-executivo da Câmara Setorial de Políticas Sociais do governo.

O porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, disse que há boa possibilidade de o cargo ser criado. Segundo ele, o cargo será ocupado por um técnico com a missão de melhorar a organização do setor.

Jatene reclamou da má divulgação dos dados positivos do governo na área social, como a queda da mortalidade infantil.

O presidente Fernando Henrique negou ontem a criação de um superministério social. "Isso é onda de vocês", afirmou aos jornalistas, no Planalto, depois da posse do ministro Arlindo Porto.

Colaborou Augusto Gazir, da Sucursal de Brasília



O presidente da República Fernando Henrique Cardoso discursa durante a posse do novo ministro da Agricultura, Arlindo Porto

# Presidente manda expandir o vale-cidadania

da Sucursal de Brasília

Acuado pelas críticas ao fraco desempenho do governo na área social, o presidente Fernando Henrique Cardoso mandou a Secretaria de Assistência Social expandir o programa do vale-cidadania.

O programa começou a ser implantado em cinco municípios do Mato Grosso do Sul e funciona como uma espécie de bolsa-educação que retira as crianças em idade escolar do trabalho quase escravo das carvoarias. O vale-cidadania dá à família, todo o mês, R\$ 50 por filho que é mantido na escola.

No final deste mês serão depositados os primeiros recursos para as famílias de 270 crianças em idade-escolar (entre 7 e 14 anos) do município de Ribas do Rio Pardo.

A ideia nasceu nas discussões do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que selecionou as áreas produtivas para atuar —carvoarias do Mato Grosso do Sul, plantações de sisal na Bahia e Paraíba, plantações de açúcar no Nordeste e Sudeste, plantações de erva-mate no Centro-Oeste e indústrias de cerâmica espalhadas por todo o país.

Lúcia Vânia, que dirige a Secretaria de Assistência Social, do Ministério da Previdência, calcula que essas cinco atividades econô-

micas empreguem entre 70 mil e 100 mil crianças. FHC quer que o vale-cidadania seja ampliado no Mato Grosso do Sul e que já comecem a ser cadastradas as crianças que trabalham na lavoura do sisal.

O dinheiro para o vale-cidadania é repassado pela União por meio de convênios com Estados e municípios, dentro do programa Brasil-Criança Cidadã, que tem um orçamento de R\$ 308 milhões.

O começo foi pelos meninos das carvoarias do Mato Grosso do Sul porque o Estado foi o primeiro a criar um fórum para agir contra a exploração do trabalho infantil.

Auxiliadas pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), as prefeituras cadastram as crianças e passam a vigiar a frequência à escola —quem não tiver frequência mínima de 75% perde o vale.

Segundo o porta-voz do governo, Sergio Amaral, a Secretaria de Assistência Social liberou ontem R\$ 2,75 milhões para atender os primeiros municípios do Mato Grosso do Sul.

Segundo Carlos Maranhão, diretor de Planejamento da Secretaria de Assistência Social, “os técnicos estudam a realidade de cada uma das atividades que empregam crianças antes de definir os convênios e o valor do benefício”.

## O que é o vale-cidadania

### ■ O início

O programa surgiu nas discussões do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil para colocar em prática as políticas estabelecidas no Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)

### ■ As políticas

O Conanda determinou que fossem criadas políticas para agir em três áreas básicas: na erradicação do trabalho infantil, no combate à exploração sexual de adolescentes e no apoio ao adolescente infrator

### ■ Onde agir

A política de apoio à erradicação do trabalho infantil selecionou cinco áreas produtivas que empregam um contingente considerável de crianças: carvoarias, plantações de cana-de-açúcar, plantações de sisal, erva-mate e cerâmicas

### ■ Público-alvo

O Ministério da Previdência calcula que essas cinco áreas produtivas empreguem entre 70 mil e 100 mil crianças

### ■ Por onde começou

As famílias das crianças que trabalham nas carvoarias de cinco municípios (Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Água Clara, Santa Rita do Pardo e Brasilândia) do Mato Grosso do Sul são as primeiras a receber o vale-cidadania

### ■ O primeiro município

Em Ribas do Rio Pardo, as famílias de 270 crianças com idade entre 7 e 14 anos começam a receber, no fim deste mês, os primeiros depósitos do vale-cidadania. Nos outros quatro municípios, o cadastramento está em curso

### ■ Quem tem direito

O Unicef e a prefeitura

cadastram as famílias e os filhos com idade entre 7 e 14 anos

### ■ Exigências

As crianças são cadastradas e matriculadas e precisam frequentar pelo menos 75% das aulas para que a prefeitura deposite, na conta do chefe da família, todo mês, R\$ 50 por criança. Além de abandonar o trabalho, as crianças têm de frequentar a escola o dia todo

### ■ Financiamento

O dinheiro é do programa “Brasil – Criança Cidadã”, coordenado pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência. No Orçamento, estão previstos gastos de R\$ 308 milhões. O dinheiro para o vale-cidadania é repassado às prefeituras por meio de convênios entre municípios, Estados e União